



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681582 - RS (2021/0228104-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MARLON PEREIRA FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARLON PEREIRA FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Recurso em Sentido Estrito n. 5002660-79.2017.8.21.0015/RS).

O paciente foi pronunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, II e IV; 121, § 2º, II e IV c/c o art. 14, todos do Código Penal; 33 da Lei 11.343/2006 e 244-B, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O impetrante sustenta a nulidade do acórdão impugnado, em razão da utilização de motivação *per relationem*, asseverando que os fundamentos defensivos apresentados no recurso manejado perante a Corte de origem não foram analisados, porquanto o órgão julgador teria se limitado a transcrever as razões constantes na sentença de pronúncia.

Requer, liminarmente e no mérito, seja reconhecida a nulidade do aresto combatido nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para o reconhecimento da nulidade, consoante se extrai das seguintes passagens (fls. 12-16):

Antes de iniciar o voto, destaco que o fato de reproduzir parte da decisão com o fundamento do julgador não causa nenhuma nulidade, pois não viola a exigência constitucional da motivação.

[...].

Depois, eu poderia, se quisesse, usar da mesma fundamentação da decisão judicial, mas determinando que a minha assessoria, usando os mesmos argumentos, trocassem palavras e verbos por seus sinônimos, invertessem frases ou parte delas etc., e todos diriam que a fundamentação era deste Relator.

Mas o referido acima não seria honesto. Prefiro reproduzir a sentença ou decisão como proferida.

Deste modo, valorizo o trabalho do colega quem, efetivamente, teve o esforço intelectual da argumentação jurídica e fática, para mostrar, fundamentalmente, porque tomou aquela decisão.

3. De plano, afasto a preliminar, porque entendo que a sentença, como só poderia acontecer para a hipótese, não proferiu um juízo de certeza quanto à autoria dos crimes, mas de probabilidade, apontando as provas produzidas e os indícios que apontam para o recorrente como autor dos delitos.

Prosseguindo, digo que o recurso não procede. A prova, como decidiu a ilustre julgadora, Dra. Valéria Eugênia Neves Willhelm, tem adequados elementos, para imputar o recorrente como o autor dos crimes denunciados.

Transcrevendo-a e a analisando, afirmou com propriedade:

"Adianto que entendo que as provas permitem o juízo de admissibilidade da ação, devendo o réu ser levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, senão vejamos.

A existência material dos delitos dolosos contra a vida, do tráfico de drogas e da corrupção de menores, todos crimes imputados ao réu na denúncia, estão demonstradas...

Da mesma forma, os indícios de autoria estão presentes, conforme depoimentos dos policiais que atenderam à ocorrência dos crimes. Vejamos.

Os Policiais Militares, Cristian e Henrique (fls. 210/216), que atenderam à ocorrência, relataram que, ao chegar no local dos fatos, verificaram que havia três vítimas fatais e um terceiro indivíduo atingido, Taylor, que foi conduzido até o hospital da cidade. A vítima disse aos policiais que o réu e o menor chegaram em um veículo branco, conduzido por uma pessoa apelidada de "Coyote". O réu e o menor desceram do carro e atiraram, tendo uma vítima morrido na cozinha, outra no quarto e outra no corredor da casa. A vítima Taylor disse para os policiais que não morreu porque, ao levar um tiro, fingiu-se de morta. O réu e o menor foram identificados por imagem pela vítima Taylor, mas não lograram êxito em identificar, com certeza, quem era o "Coyote", que dirigia o veículo que levou os atiradores até o local onde os crimes ocorreram. (grifei) Foram até a residência do réu, acompanhados da vítima, onde efetuaram a prisão de Marlon e do menor, J.M.V.M., tendo localizado, no local,

muitas drogas e um simulacro de arma de fogo. Marlon e o menor negaram a autoria dos crimes, mas a vítima, Taylor, reconheceu na hora os mesmos como sendo os atiradores. Reconheceu, também, o veículo que estava parado na frente da residência de Marlon como sendo o que os autores do fato chegaram no local do crime. (grifei) A vítima relatou aos policiais que o crime ocorreu em represália a sua mudança de fornecedor de drogas, pois havia parado de adquiri-las de Marlon, mesmo tendo sido avisado de que deveria fazê-lo. O carro chegou atirando na frente da residência onde o crime ocorreu, e os tiros foram feitos pela janela. A vítima disse que as pessoas que morreram não possuíam ligação com o tráfico e foram atingidas apenas por estarem no local, pois o alvo era ela. Ficaram sabendo que uma das vítimas que morreu, Jemes, era cunhado de um traficante chamado Fagner, para quem Marlon e a vítima Taylor trabalharam por um tempo.

[...].

Por isso, diante das diversas provas que apontam a autoria dos homicídios para o réu, entendo que a tese defensiva de inexistência probatória não tem o condão de absolver sumariamente o acusado ou de impronunciá-lo, pois nessa fase vige o princípio in dubio pro societate, de modo que as dúvidas quanto à certeza do crime e da autoria delitiva serão solucionadas pelo Tribunal do Júri, órgão competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Quanto às qualificadoras, verifico a existência de indícios de que os delitos dolosos contra a vida foram praticados por motivo fútil, em uma possível represália à vítima Taylor, que havia mudado de fornecedores de drogas e não comprava mais do réu, bem como mediante recurso que dificultou a defesa dos ofendidos, que foram atingidos de surpresa, enquanto dormiam, por disparos de arma de fogo.

Saliento, nesse ponto, que há fortes provas da participação de um menor na prática desses delitos, o que possibilita seja o crime de corrupção de menores julgado pelo Júri também. Assim, não há como afastar análise de tais dispositivos pelo Tribunal Popular.

Dessa forma, estão presentes elementos

que sustentam a pronúncia, pelo que remeto o julgamento ao Tribunal do Júri. Ante o exposto, com fundamento no artigo 413, do Código de Processo Penal, pronuncio Marlon Pereira Fernandes, como incurso nas sanções do artigo 121, §2º, incisos II e IV, na forma do artigo 14, inciso II (1º fato), artigo 121, §2º, incisos II e IV, por três vezes (2º, 3º e 4º fatos), todos do Código Penal, artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06 (5º fato) e artigo 244-B, caput, da Lei nº 8.069/90 (6º fato), todos na forma dos artigos 65, inciso I e 69, caput, ambos do Código Penal."

Quanto à alegação defensiva de que outra pessoa teria confessado os crimes em questão, da análise da documentação juntada aos autos (Evento 3 - OUT - INST PROC10 - fls. 390/436), não se constata a referida confissão.

Por fim, destaco que não cabe à sentença de pronúncia adentrar na discussão sobre a redutora do §4º do artigo 33 da Lei de Drogas, nem absolver sumariamente do delito de corrupção de menores, quando existentes indícios nos autos.

4. Assim, nos termos supra, voto por negar provimento ao recurso.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência